



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (CCH)  
ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA (EB)

**DAVID AUGUSTO MADURO DE MESQUITA DE AMORIM**

A CLASSIFICAÇÃO DECIMAL DE DIREITO E A DESINFORMAÇÃO: QUESTÕES  
CONTEMPORÂNEAS PARA A INFORMAÇÃO JURÍDICA

RIO DE JANEIRO  
2023

DAVID AUGUSTO MADURO DE MESQUITA DE AMORIM

**A CLASSIFICAÇÃO DECIMAL DE DIREITO E A DESINFORMAÇÃO: QUESTÕES  
CONTEMPORÂNEAS PARA A INFORMAÇÃO JURÍDICA**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado à Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Feijão de Figueiredo

Rio de Janeiro  
2023

MM578c Mesquita de Amorim, David Augusto Maduro de  
A Classificação Decimal de Direito e a desinformação:  
questões contemporâneas para a informação jurídica / David  
Augusto Maduro de Mesquita de Amorim, David Augusto Maduro  
de Mesquita de Amorim. -- Rio de Janeiro, 2023.  
66

Orientadora: Márcia Feijão de Figueiredo.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Graduação  
em Biblioteconomia, 2023.

1. Desinformação. 2. Classificação Decimal de Direito. 3.  
Doris de Queiroz Carvalho. I. Amorim, David Augusto Maduro  
de Mesquita de II. Figueiredo, Márcia Feijão de, orient.  
III. Título.

DAVID AUGUSTO MADURO DE MESQUITA DE AMORIM

**A CLASSIFICAÇÃO DECIMAL DE DIREITO E A DESINFORMAÇÃO: QUESTÕES  
CONTEMPORÂNEAS PARA A INFORMAÇÃO JURÍDICA**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado à Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovado em: 04 / 12 / 2023.

Banca Examinadora:

---

Profa. Dra. Márcia Feijão de Figueiredo (Orientadora)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)

---

Profa. Dra. Tatiana de Almeida  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)

---

Prof. Dr. Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)

Para aqueles que estiveram sempre ao meu lado durante toda a minha trajetória.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço à minha família que sempre lutou por mim e acreditou no meu potencial durante toda a minha vida. Graças à boa educação que me deram consegui trilhar meu próprio caminho. À minha mãe Katia, ao meu pai José, à minha avó Maria Célia e ao meu avô Wilson (in memoriam). Só tenho que agradecer por ter uma família tão especial e única, eu não seria quem sou hoje sem vocês.

Aos meus amigos que sempre estiveram ao meu lado desde o Ensino Médio, vocês nunca me abandonaram durante todo esse tempo de dez anos. Crescemos juntos, aprendemos juntos, caímos juntos e nos levantamos juntos.

À minha orientadora Márcia Feijão que desde a primeira aula de Redes e Sistemas de Informação, se mostrou ser uma pessoa incrível e acolhedora. Uma excelente profissional da área de Biblioteconomia que tanto me ensinou e agora aceitou esse desafio de ser minha orientadora. Ter essa professora como orientadora é uma honra sem precedentes.

Aos meus professores do curso de Biblioteconomia da UNIRIO pela excelência e sabedoria que transmitiram ao longo de meu aprendizado e à própria UNIRIO que é esse receptáculo de ensino e se mostrou por vezes disposta a me auxiliar com meus problemas.

Aos professores que aceitaram compor a banca avaliadora: Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda e Tatiana de Almeida, a temática de suas aulas me despertou interesse ao escrever esse tema e conseguir me graduar no curso.

Aos meus colegas de curso de Biblioteconomia que curtiram junto comigo as festas, trabalhos em grupos, risadas e choradeiras. Graças a vocês construí, não apenas, vínculos profissionais, mas, a amizade que levarei para sempre.

Por fim, agradeço a todos que colaboraram direta ou indiretamente na minha jornada até aqui.

*A biblioteca é um organismo em crescimento.*

*Ranganathan*

MESQUITA DE AMORIM, David Augusto Maduro de Mesquita de. **A classificação decimal de direito e a desinformação**: questões contemporâneas para a informação jurídica. 2023. 66 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

## RESUMO

Analisa o fenômeno da desinformação a partir do tratamento das coleções de documentos jurídicos da Rede Virtual de Bibliotecas - RVBI. Apresenta a Classificação Decimal de Direito, criada pela brasileira Doris de Queiroz Carvalho, sistema de classificação utilizado por muitas bibliotecas jurídicas brasileiras. Conceitua a desinformação e as questões que afetam a sociedade como: eleições presidenciais (EUA e Brasil), pandemia de covid-19, saída do Reino Unido da União Europeia, dentre outros. Realiza uma pesquisa exploratória para se aprofundar no tema, utilizando procedimento de coleta e análise de dados, por meio de um levantamento bibliográfico na Rede Virtual de Bibliotecas, levou a uma análise quantitativa dos resultados. Observa-se que o termo desinformação não possui uma classificação própria na CDDir, o que faz necessária a atualização desse sistema de classificação. Conclui sobre o conceito de desinformação que esbarra na questão da liberdade de expressão por serem antagônicas, o que leva a proposição de uma notação a ser utilizada na classificação dentro da liberdade de pensamento e da palavra.

**Palavras-chave:** Classificação Decimal de Direito (CDDir). Desinformação. Doris de Queiroz Carvalho. Informação Jurídica. Sistemas de Classificação.

MESQUITA DE AMORIM, David Augusto Maduro de Mesquita de. **Decimal Law Classification and disinformation: contemporary issues for legal information.** 2023. 66 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

### **ABSTRACT**

Analyzes the phenomenon of disinformation based on the treatment of collection of legal documents from the Rede Virtual de Bibliotecas - RVBI. It presents the Decimal Law Classification - CDDir, created by the Brazilian Doris de Queiroz Carvalho, a classification system used by many Brazilian legal libraries. Conceptualizes disinformation and issues that affect society such as: presidential elections (USA and Brazil), covid-19 pandemic, United Kingdom's departure from the European Union, among others. Conducts exploratory research to delve deeper into the topic, using a data collection and analysis procedure, through a bibliographic survey in the Rede Virtual de Bibliotecas, leading to a quantitative analysis of the results. It is observed that the term misinformation does not have its own classification in CDDir, which makes it necessary to update this classification system. It concludes on the concept of disinformation that collides with the issue of freedom of expression because they are antagonistic, which leads to the proposition of a notation to be used in the classification within freedom of thought and speech.

**Keywords:** Decimal Classification of Law (CDDir). Disinformation. Doris de Queiroz Carvalho. Legal information. Classification systems.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pesquisa do termo “Classificação Decimal de Direito”.....	16
Quadro 2 - Pesquisa dos termos “Informação Jurídica” AND “Desinformação”.....	16
Quadro 3 - Resultados do levantamento bibliográfico.....	17
Quadro 4 - Data de discussão de alguns assuntos defasados.....	25
Quadro 5 - Representação Documentária.....	29
Quadro 6 - Lista de bibliotecas da RVBI.....	36
Quadro 7 - Resultados da primeira pesquisa.....	37
Quadro 8 - Levantamento sobre o termo “Desinformação” na RVBI.....	55
Quadro 9 – Principais classificações encontradas nos resultados.....	60

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AGU - Advocacia-Geral da União

BMF – Biblioteca do Ministério da Fazenda

BRAPCI – Base de dados de periódicos em Ciência da Informação

CAM – Câmara dos Deputados

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CDDir – Classificação Decimal de Direito

CDD – Classificação Decimal de Dewey

CDU – Classificação Decimal Universal

CLD – Câmara Legislativa do Distrito Federal

MJU – Ministério da Justiça

RVBI – Rede Virtual de Bibliotecas

SABI - Subsistema de Administração de Bibliotecas

SEN – Senado Federal

STF – Superior Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

STM – Superior Tribunal Militar

TCD – Tribunal de Contas do Distrito Federal

TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação

TJD – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

TST – Tribunal Superior do Trabalho

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1.1 Objetivos.....</b>	<b>13</b>
<b>1.2 Justificativa.....</b>	<b>13</b>
<b>1.3 Hipótese.....</b>	<b>14</b>
<b>2 METODOLOGIA.....</b>	<b>15</b>
<b>3 SISTEMAS DE CLASSIFICAÇÃO PARA ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO JURÍDICA: A CLASSIFICAÇÃO DECIMAL DE DIREITO.....</b>	<b>21</b>
<b>3.1 Histórico de sistemas de classificação.....</b>	<b>21</b>
<b>3.2 A Classificação Decimal de Direito - CDDir.....</b>	<b>23</b>
<b>4 ANÁLISE DA INFORMAÇÃO JURÍDICA PARA ATRIBUIÇÃO DE REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA.....</b>	<b>26</b>
<b>4.1 Representação da informação.....</b>	<b>26</b>
<b>4.2 Instrumentos auxiliares.....</b>	<b>27</b>
<b>4.3 Análise da informação jurídica.....</b>	<b>29</b>
<b>5 A DESINFORMAÇÃO.....</b>	<b>32</b>
<b>6 QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS PARA UMA CDDir DESATUALIZADA.....</b>	<b>36</b>
<b>7 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>60</b>
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>63</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>65</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A informação movimenta a sociedade, por meio dela evoluímos e produzimos novos conhecimentos. Com a explosão quantitativa da informação ocorrida após a Revolução Industrial, esse ciclo se tornou proeminente na sociedade da informação, que é caracterizada pelo fluxo constante de produtividade. A informação tornou-se um ativo valioso nas organizações, visto como um recurso para armazenar, processar e acessar. E suas contribuições afetam todas as áreas e, nesse trabalho, será evidenciado o campo do Direito.

No âmbito dos instrumentos especializados de tratamento da informação, a especificidade de assunto constitui um aspecto fundamental, visto que seus usuários são conhecedores da área em questão e os acervos possuem características que deverão ser consideradas no momento do tratamento da documentação que os compõem.

Na área jurídica ocorre um crescimento do número de documentos publicados nos últimos anos. A produção de informação jurídica tem alcançado grandes proporções com a intensificação da elaboração doutrinária e da publicação de leis.

Nesse caso, as unidades de informação da área jurídica apresentam uma documentação diferenciada e com atualização constante. A informação jurídica é vista como esclarecimento útil para o progresso e desenvolvimento da cidadania, e por meio dela, os profissionais do Direito produzem conhecimentos nos quais fundamentam suas análises e adotam decisões que regularão a vida em sociedade.

A informação jurídica é originada fundamentalmente por um tripé que se complementa: Legislação, Doutrina e Jurisprudência. Legislação é o conjunto normativo que regula a convivência social. A Doutrina é o conjunto de princípios expostos nas obras de direito, em que se firmam teorias ou se fazem interpretações sobre a ciência jurídica. E a Jurisprudência é a sábia interpretação e aplicação das leis a todos os casos concretos que se submetem a julgamento da justiça, que produz sentenças no primeiro grau, ou acórdãos e súmulas nos Tribunais. (Miranda, 2004)

Assim, para a organização do acervo jurídico, o Brasil conta com a Classificação Decimal de Direito (CDDir), da bibliotecária Doris de Queiróz Carvalho, cuja 1ª edição data de 1948. Sua utilização foi amplamente empregada nas bibliotecas jurídicas brasileiras, demonstrando ser um instrumento bastante eficiente

e de fácil manuseio. Entretanto, mesmo com a última edição da CDDir (2002), ela se encontra desatualizada em vários ramos do Direito, uma vez que a Ciência Jurídica é uma área dinâmica que evolui com a sociedade.

A falta de atualização da Classificação da Doris evidenciava lacunas com o tempo, tornando necessária a constante inclusão e/ou revisão dos assuntos, por parte dos profissionais que dela se utilizavam, de modo a atingir uma ordenação lógica dos documentos, assegurando, assim, o sucesso na busca por determinada informação.

Diante desse cenário surge uma questão norteadora: Como a desatualização da CDDir afeta os trabalhos publicados na área jurídica?

Um dos termos que necessitam de revisão na CDDir é a *desinformação*, visto que na sociedade atual sua transmissão é facilitada por meio do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TICs). Assim, a disseminação de informações falsas acaba moldando a tomada de decisão dos indivíduos em diferentes esferas da sociedade.

## 1.1 Objetivos

Geral:

Apontar o tratamento da temática “desinformação” dentro das bibliotecas que utilizam a Classificação Decimal de Direito.

Específicos:

- Apresentar a informação jurídica e sua representação temática por meio dos instrumentos classificatórios;
- Apontar características e funções da Classificação Decimal de Direito;
- Conceituar a desinformação e demonstrar as questões de classificação nas bibliotecas de direito;

## 1.2 Justificativa

Ao observar a desinformação no contexto da sociedade contemporânea e seus impactos negativos nas democracias ao redor do mundo, nota-se que é de extrema importância realizar pesquisas com ênfase na área da Biblioteconomia.

No campo da Biblioteconomia existem os sistemas de classificação, dentre eles a classificação especializada em direito, elaborada por Dóris de Queiroz Carvalho, a qual se encontra desatualizada. Após avaliar esse instrumento utilizado por diversas bibliotecas de direito em âmbito nacional, fica evidente a incoerência de uma classificação precisa para o termo “desinformação”.

A motivação pessoal do autor do projeto é proveniente de todo o estresse gerado pelas eleições brasileiras de 2018, que despertou sua curiosidade em aprofundar seus estudos com relação ao tema das “Fake News”, que em termos gerais, esbarra com o conceito de desinformação. Além disso, o estágio realizado dentro da biblioteca de Direito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), o fez notar a precariedade do uso da classificação específica para a área, visto que, essa biblioteca, em especial, não utilizava a CDDir.

Portanto, o projeto tem por foco analisar o termo “desinformação” dentro das bibliotecas que utilizam a Classificação Decimal de Direito. Com esse trabalho, as bibliotecas especializadas nesse campo poderão usufruir dos resultados obtidos por meio dessa pesquisa.

### **1.3 Hipótese**

A hipótese dessa pesquisa é que a CDDir é um instrumento muito relevante para as bibliotecas jurídicas brasileiras por organizar e mapear as áreas do direito, principalmente o direito público e privado. Contudo, acredita-se que a CDDir não abarca as questões atuais da sociedade brasileira, em específico a desinformação, pois sua última atualização ocorreu há mais de vinte anos e isso impacta no trabalho dos bibliotecários jurídicos.

## 2 METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho foi feita uma pesquisa exploratória para entender e se aprofundar no tema, pois, de acordo com Gil (2002) esse tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito, para constituir hipóteses e aprimorar ideias.

O procedimento técnico de coleta e análise de dados é o elemento mais importante para a identificação de um delineamento, dito por Gil (2002). Esse autor fala que existem dois grandes grupos de delineamento: a pesquisa bibliográfica e documental; e a pesquisa experimental, ex-post facto, o levantamento e o estudo de caso. Neste trabalho está de acordo com o primeiro grupo de delineamento.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, principalmente por meio de livros e artigos científicos. Esse recurso “[...] permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.” (Gil, 2002)

O levantamento bibliográfico foi empregado logo após a escolha do tema para conhecer os principais autores que estudam a temática e o que eles têm a dizer sobre o assunto. Assim, as referências refletem a utilização da CDDir, desde sua criação, como também as discussões sobre o conceito de desinformação no campo da Biblioteconomia jurídica. Segundo Gil (2002) esse recurso tem por finalidade proporcionar a familiaridade do aluno com a área de estudo no qual está interessado, bem como sua delimitação; assim, o problema pode ser finalmente formulado.

Por meio de uma abordagem quantitativa, foi apontado números, a frequência e a intensidade da classificação do termo desinformação nas bibliotecas públicas jurídicas no RVBI. Além de uma abordagem qualitativa para explicar esses fenômenos no âmbito atual de classificação.

Inicialmente, foi utilizado o livro de Antônio Carlos Gil de 2002 como base nas metodologias dessa pesquisa. Posteriormente, foi realizado um levantamento bibliográfico nas bases de dados no dia 03 de novembro de 2023, na Base de dados de periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), no portal de periódicos da

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no OásisBr.

Pelas especificidades, essa busca foi realizada apenas em bases de dados brasileiras, pois a Classificação Decimal de Direito da Dóris é, também, brasileira. O critério para seleção de documentos se deu quando o termo estiver no título ou no resumo do documento recuperado. Assim, foram feitos os Quadros 1 e 2 para demonstrar a busca realizada.

Quadro 1 – Pesquisa do termo “Classificação Decimal de Direito”

<b>Base de dados</b>	<b>Quantidade total de documentos recuperados</b>	<b>Itens selecionados (título ou resumo)</b>
<b>BRAPCI</b>	4	4
<b>CAPES</b>	3	3
<b>OasisBr</b>	17	8

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Quadro 2 - Pesquisa dos termos “Informação Jurídica” AND “Desinformação”

<b>Base de dados</b>	<b>Quantidade total de documentos recuperados</b>	<b>Itens selecionados (título ou resumo)</b>
<b>BRAPCI</b>	0	0
<b>CAPES</b>	14	8
<b>OasisBr</b>	46	23

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Assim, foi elaborado o Quadro 3 para representar toda a bibliografia encontrada, retirando as publicações que foram repetidas nas demais bases de dados.

Quadro 3 - Resultados do levantamento bibliográfico

<b>Título</b>	<b>Autor(es)</b>	<b>Tipo de Documento</b>	<b>Data</b>	<b>Base de dados</b>
Classificação Decimal de Direito: revisão e atualização	AROUCK, Osmar; JAEGGER, Fátima; PINHA, Stelina Maria	Artigo	2017	BRAPCI; OasisBr
Organização temática da doutrina jurídica: elementos metodológicos para uma proposta de extensão da Classificação Decimal de Direito	MARTINEZ, Marisa Luvizutti Coiado; GUIMARÃES, José Augusto Chaves	Artigo	2008	BRAPCI; CAPES; OasisBr
Terminologias da área jurídica em sistemas de organização do conhecimento à luz do Código de Processo Civil Brasileiro: com ênfase na Classificação Decimal Universal e Classificação Decimal de Direito	FOGAÇA, Maria Giovane; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira	Artigo	2014	BRAPCI
Estudo comparativo de terminologias da área jurídica em sistemas de classificação bibliográfica à luz do Código de Processo Civil brasileiro	FOGAÇA, Maria Giovane; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira	Artigo	2021	BRAPCI; CAPES; OasisBr
Subsídios para a atualização e/ou expansão colaborativas da classificação decimal de direito - CDDIR		Dissertação	2016	OasisBr
Classificação de recursos trabalhistas: uma análise crítica da classificação decimal de direito com vistas a uma proposta metodológica de extensão	MARTINEZ, Marisa Luvizutti Coiado	Dissertação	2005	OasisBr
Sistema de classificação do conhecimento jurídico em artigos científicos da Ciência da Informação	DANTAS, Paulo Rogério Gonçalves; SANTOS JÚNIOR, Edmilson Alves dos; SABBAG, Deise Maria Antônio	Artigo	2017	OasisBr
Terminologias do direito de família: um estudo comparativo com os sistemas de classificação bibliográfica	BINATI, Regina Célia Pinto	Dissertação	2016	OasisBr
Mecanismos de combate à desinformação: uma análise à luz da comissão interamericana de direitos humanos	PEREIRA JUNQUEIRA, Beatriz; DE SOUZA FREITAS, Paulo Henrique	Artigo	2021	CAPES
Como enfrentar a desinformação científica? Desafios sociais, políticos e jurídicos intensificados no contexto da pandemia	OLIVEIRA, Thaianie Moreira de	Artigo	2020	CAPES
Liberdade de expressão e seus limites numa democracia: o caso das assim chamadas “fake news” nas redes sociais em período eleitoral no Brasil	SARLET, Ingo Wolfgang; SIQUEIRA, Andressa de Bittencourt	Artigo	2020	CAPES
COVID-19: movimentos, palavras, práticas autoritárias, desinformação e usurpação da transparência	MALHEIRO, Emerson Penha; RODRIGUES DA SILVA, Luis Delcides	Artigo	2021	CAPES; OasisBr

Luta contra a desinformação e liberdade de expressão e em formação na internet, riscos da intervenção da administração através do procedimento de ação contra a desinformação na Espanha	HERCE MAZA, José Ignacio	Artigo	2021	CAPES
"Fake news" como atividade criadora de condições adversas às atividades sociais e econômicas e seu enquadramento jurídico no âmbito do meio ambiente digital	FIORILLO, Celso Antonio Pacheco; FERREIRA, Renata Marques	Artigo	2018	CAPES
Compartilhamento indevido de informações nas redes sociais digitais	VANDERLEY, Shaennya Pereira; DA SILVA, Alzira Karla Araújo	Artigo	2021	CAPES
Os prejuízos causados pela divulgação de fake news ao regime democrático	FILHO, Vladimir Brega; FRANCISCON, Gabriela Vidor; DE SOUZA, Joao Éder Furlan Ferreira	Artigo	2022	CAPES
Um remédio para a desinformação jurídica	PINTO, Renato Sócrates Gomes	Artigo	1999	OasisBr
Homicídio em Marabá: a desinformação da informação na construção do perfil da vítima, do agressor e do delito	SILVEIRA JUNIOR, Roberto Silva da	Dissertação	2013	OasisBr
Limites jurídicos da liberdade de expressão: fake news e desinformação	OLIVEIRA, Luiz Daniel S. de M.	Trabalho de Conclusão de Curso	2023	OasisBr
Fake news e eleições: desafios do combate à desinformação no processo eleitoral	ROCHA, Rodrigo Maia	Artigo	2020	OasisBr
Desinformação e regulação de redes sociais digitais.	PINHO FILHO, José Célio Belém de	Dissertação	2021	OasisBr
Os desafios político-jurídicos do Brasil no combate à desinformação no twitter e facebook a partir do período da pandemia de covid-19	WITSCHORECK, Pedro Victor dos Santos	Dissertação	2022	OasisBr
A propagação de notícias falsas via internet e suas implicações jurídicas	OLIVEIRA, Giovana Coimbra de	Trabalho de Conclusão de Curso	2020	OasisBr
Redes sociais digitais e democracia: proteção de dados pessoais e a desinformação nas eleições de 2018	REIS FILHO, Claudio Luiz Martins	Dissertação	2022	OasisBr
Fake news e (des)informação: reflexões sobre o potencial da inteligência artificial e das novas tecnologias de acelerar a erosão da democracia	VALADARES, Heloisa de Carvalho Feitosa	Artigo	2022	OasisBr

Direito à liberdade de expressão versus direito à informação: em busca da construção da cidadania e da compreensão esclarecida na democracia brasileira	NOBREGA, Eduardo de Medeiros	Dissertação	2021	OasisBr
Análise crítica da precariedade do abastecimento de água nas localidades Baixa da Jaqueira e Tanque do Coronel: o acesso à Justiça para a Tutela Coletiva e a (des) informação dos Consumidores	OLIVEIRA, Analeia Jesus de	Trabalho de Conclusão de Curso	2018	OasisBr
Fake news na sociedade de usuários da informação: o uso das redes sociais, sua possível interferência na polarização e os reflexos no regime democrático	ARANHA, Lays Bengolea	Trabalho de Conclusão de Curso	2022	OasisBr
Análise da constitucionalidade da política de exclusão unilateral de usuários do Instagram baseada na regra de desinformação constante dos termos de uso	BARBOSA, Eduardo Rodrigues da Cruz	Dissertação	2023	OasisBr
Democracia em risco: o embate entre fake news e liberdade de expressão/opinião no processo eleitoral	MARTINS, Werner Militz Wypczynski	Dissertação	2021	OasisBr
A (des)informação midiática e a distorção do direito na geração do discurso de ódio à democracia	RAMOS, Maria Carolina; PREVIDE, Renato Maso	Artigo	2018	OasisBr
O combate às fake news na propaganda eleitoral e o risco de excesso na atuação estatal	FONSECA, Pedro Paulo Martins da	Dissertação	2023	OasisBr
Fake News e seus desdobramentos a liberdade de expressão.	PEREIRA, Rylrismar Marques.	Trabalho de Conclusão de Curso	2021	OasisBr
Os limites da liberdade de expressão e o controle da propaganda eleitoral negativa irregular ofensiva no processo democrático brasileiro	LIMA, Junior Gonçalves	Dissertação	2022	OasisBr
Liberdade de expressão e tolerância nas redes sociais : concretização e limites em face do princípio democrático	RAYOL, Rafael Ribeiro	Dissertação	2023	OasisBr
O fenômeno das fake news: uma análise das decisões na justiça eleitoral	GRANDE, Aurélio da Silva	Trabalho de Conclusão de Curso	2019	OasisBr

Liberdade de expressão e fake news: análise da atuação do Tribunal Superior Eleitoral	LUCINDA, Tamiris Valente	Dissertação	2022	OasisBr
---	--------------------------	-------------	------	---------

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Pode-se observar que, dentre essas 37 bibliografias, houve uma predominância de resultados a partir dos anos de 2020 (24 itens); o tipo de material encontrado foram 17 artigos, 14 dissertações e 6 trabalhos de conclusão de curso; e, por fim, sobre as bases de dados, a OasisBr trouxe 29 resultados, enquanto a CAPES trouxe 10 e a BRAPCI apenas 4.

Assim, esses resultados demonstram que não há muitas pesquisas e/ou publicações sobre essa temática na base de dados brasileiras, uma vez que o número encontrado foi relativamente baixo.

### **3 SISTEMAS DE CLASSIFICAÇÃO PARA ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO JURÍDICA: A CLASSIFICAÇÃO DECIMAL DE DIREITO**

A informação tem a necessidade de ser tratada adequadamente, especialmente em instituições especializadas, pois, possuem características bem particulares no desenvolvimento de suas atividades. No caso dos ambientes jurídicos, os profissionais de Direito precisam do acesso rápido e eficiente diante de toda a abrangência que a informação jurídica traz consigo. Passos (1994, p.363) retrata a área do Direito ao mencionar que:

[...] a ciência do Direito abrange, praticamente, todas as facetas da vida humana, mesmo antes do seu nascimento até depois da sua morte. Na verdade, o Direito rege a vida em sociedade, deliberando sobre as complexas relações humanas, procurando estabelecer a disciplina social.

Barros (2004) considera que a informação jurídica é um tipo de informação útil para a promoção da cidadania. Por meio dela, os profissionais de Direito produzem conhecimentos nos quais baseiam suas análises e tomam decisões que regularão a vida em sociedade.

A documentação jurídica é definida por Atienza (1979, p.19) como “[...] a reunião, análise e indexação da doutrina, da legislação [...] da jurisprudência [...] e de todos os documentos oficiais relativos a atos normativos ou administrativos”.

Além disso, Passos e Barros (2009) ressaltam a longevidade como uma das características mais importantes da informação jurídica. Uma característica que diferencia a informação jurídica das outras é o seu aspecto de longevidade, haja vista que na contemporaneidade elas são processadas de um modo muito rápido.

Para organizar tanto a informação jurídica como as informações de outras especialidades, foram criados sistemas de classificação da informação que serão discutidos posteriormente.

#### **3.1 Histórico de sistemas de classificação**

A necessidade de sistematizar o conhecimento é antiga, o ser humano sempre buscou estabelecer classes ou categorias para representar e ordenar o mundo externo, com o intuito de transformar essa representação da realidade em conhecimento.

Siqueira (2010) aponta que as primeiras classificações tiveram origem na organização de documentos de povos milenares - egípcios, assírios, babilônicos - que elaboraram diferentes organizações para seus fundos documentais, mas são os povos do Oriente que foram os precursores de um trabalho diferenciado no campo do conhecimento.

Ao longo dos séculos, vários sistemas de classificações foram criados para suprir as necessidades informacionais daquele período. No contexto do século XXI, fica evidenciado que as classificações excessivamente rígidas e mais preocupadas com a organização institucional tendem a ser reformuladas.

A classificação permite um melhor acesso à informação e se torna cada vez mais um objeto de valor para a sociedade atual. Ela é definida por Tristão, Fachin e Alarcon (2004) como:

[...] a ação e efeito de classificar, e classificar significa ordenar e dispor em classes. Uma classe consiste de um número de elementos quaisquer (objetos e ideias) que possuem alguma característica comum pela qual devem ser diferenciados de outros elementos e, ao mesmo tempo, constitui sua própria unidade. A determinação e a seleção das classes que compreendem um esquema de classificação estão essencialmente relacionadas com as necessidades de utilização de cada esquema.

Assim, a classificação deve ser completa e abranger todos os assuntos da subárea analisada, atentar para hierarquia dos assuntos subordinando os mais específicos aos mais genéricos e deve prever que determinados assuntos se enquadram em mais de uma classe.

Não existe um modelo único de sistemas de classificação, pois os critérios variam conforme perspectivas, valores assumidos, especialidade temática. Assim, deve-se considerar a importância de tal processo para a natureza humana, de forma geral, e para as particularidades científicas.

As principais classificações dentro da área da Biblioteconomia são a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e a Classificação Decimal Universal (CDU), ambas são decimais, pois, são organizadas em classes e subclasses dividindo o conhecimento de 0 a 9. Ademais, no Brasil, foi criada a Classificação Decimal de Direito para suprir as necessidades das informações jurídicas.

### 3.2 A Classificação Decimal de Direito - CDDir

A Classificação Decimal da Doris ou Classificação da Doris ou Classificação Decimal de Direito ou CDDir foi idealizada e desenvolvida pela bibliotecária e bacharela em Direito Doris de Queiroz Carvalho em 1948. Nessa época Doris, que era funcionária da Biblioteca do Ministério da Fazenda (BMF), constatou a necessidade de detalhar a Classificação Decimal de Dewey (CDD) na classe 340, referente ao Direito, para o adequado cadastramento das obras jurídicas da tradição Romano-Germânica.

Segundo Ribeiro (2016), Doris conseguiu unir o arranjo temático da CDU à Classe 340 da CDD, aproveitando a notação simples, de base decimal e mnemônica e, principalmente, sem os símbolos e sinais da CDU. O diferencial ficou por conta das adaptações que fez às classes da CDU em relação ao ordenamento jurídico nacional a partir do seu conhecimento jurídico.

Assim, surge a obra da Classificação Decimal de Direito por Doris de Queiroz Carvalho, que posteriormente terá outras três edições: 1953, 1977 e 2002.

No trabalho de atualização da CDDir ao longo das décadas, buscou-se conservar as linhas mestras da obra original, evitando uma complexa reorganização das bibliotecas jurídicas brasileiras, de modo com que pudesse ser acrescentado os novos ramos do Direito, sem alterar a classificação dos anteriormente existentes. A Classificação da Doris é utilizada para indexar a base de dados de leis e decretos, disponibilizadas digitalmente, dando critério objetivo de pesquisa de legislação da mesma forma que se faz com os livros. Segundo Arouck; Jaegger; Pinha, 2017:

A notação decimal adotada pela CDDir reflete tanto a estrutura da Classificação Decimal de Dewey (CDD), como a Classificação Decimal Universal (CDU); hierarquizando os assuntos em classes gerais, divisões e subdivisões. O esquema utiliza apenas quatro subdivisões para Direito: 341 - Direito Público; 342 - Direito Privado; 343 - Direito Canônico; 344 - Direito Romano.

A principal característica da CDDir é, certamente, a junção dos princípios filosóficos utilizados nos dois esquemas de classificação nos quais foi baseada: da Classificação Decimal de Dewey (CDD) aproveitou o sistema de notação, o sistema de forma e de subdivisão geográfica e o seu índice remissivo alfabético; da Classificação Decimal Universal (CDU) foi aproveitado o seu arranjo temático

segundo a divisão romanística do Direito europeu, com algumas adaptações para atender a estrutura do Direito brasileiro. (Ribeiro, 2016)

O trabalho pioneiro de Doris é, segundo Ribeiro (2016) adotado por diversas bibliotecas jurídicas brasileiras, públicas e privadas, no tratamento de seus acervos bibliográficos da área do Direito. Dentre essas bibliotecas, destacam-se as jurídicas que possuem associação com a Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI).

Para Martinez e Guimarães (2008) é necessária uma expansão e atualização da Classificação Decimal do Direito ou Classificação da Doris. Já o trabalho desenvolvido por Silva e Celere (2013) ressalta a desatualização da Classificação da Dóris.

A quarta e última edição de 2002 foi realizada pela Casa Civil da Presidência da República e por mais que tenha incorporado as alterações oriundas da Constituição de 1988, a CDDir não responde, adequadamente, às necessidades atuais das bibliotecas jurídicas brasileiras especializadas em Direito. Isso se dá pelas significativas alterações no ordenamento jurídico pátrio, com destaque para 56 emendas à Constituição:

[...] Novo Código Civil (2002); Estatuto de Defesa do Torcedor (2003); Estatuto do Desarmamento (2003); Estatuto do Idoso (2003); Estatuto da Igualdade Racial (2010); Código Florestal (2012); Estatuto da Juventude (2013); novo Código de Processo Civil (2015); Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015). (Arouck; Jaegger; Pinha, 2017)

Além disso, a CDDir apresenta vários assuntos defasados, como por exemplo: Biodireito, Direito penal econômico, União estável homoafetiva, dentre outros, não abrangia temas do Direito contemporâneo. Cada assunto desses, foram discutidos e pesquisados após datas posteriores à última edição realizada na CDDir, gerando mudanças sociais que não estavam previstas na CDDir, como listado no Quadro 4.

Quadro 4 - Data de discussão de alguns assuntos defasados

<b>Assunto</b>	<b>Data aproximada de discussões</b>
Biodireito	2010
Direito Penal Econômico	2015
União Estável Homoafetiva	2011

Crimes Informáticos	2012
Violência doméstica contra a mulher	2006

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Em janeiro de 2015 a família de Doris de Queiroz Carvalho autorizou a Biblioteca do Senado Federal a revisar a CDDir e publicar sua quinta edição. Essa proposta de atualização envolve a preservação da autoria original, disponibilização livre e gratuita na internet, além de possibilidade de impressão em papel.

## **4 ANÁLISE DA INFORMAÇÃO JURÍDICA PARA ATRIBUIÇÃO DE REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA**

Para analisar a informação jurídica como um todo é necessário estudos anteriores de representação da informação e ainda mais a fundo, a informação e seus assuntos dentro dos documentos.

As formas de representação temática e descritiva que também rodeiam a informação trazem pressupostos para uma melhor compreensão acerca da Organização do Conhecimento.

Assim, como também as pesquisas sobre a utilização de instrumentos que facilitam o cotidiano profissional do bibliotecário, demonstra a necessidade de constante atualização dos mesmos e a importância fundamental na representação da informação.

### **4.1 Representação da informação**

A representação é uma atividade de tratamento da informação que compreende a funcionalidade do sistema de informação como um todo e exige outras competências, sobretudo no domínio da leitura e da tomada de decisão.

A representação da informação pode ser compreendida a partir das perspectivas material e formal. Do ponto de vista material, ela corresponde à apresentação concisa do conteúdo do documento. Do ponto de vista formal, ela se refere às atividades de análise, interpretação, seleção e síntese do conteúdo informacional. (Souza, 2018)

O processo de representação da informação se dá em duas etapas: análise de conteúdo e tradução. Existem situações em que o sistema de informação utiliza a linguagem natural o que faz dispensar a necessidade do processo de tradução. Esse processo é realizado a partir de um conjunto de operações consecutivas e resulta em produtos que representam a forma física e/ou o conteúdo dos documentos para posterior identificação, disseminação e/ou recuperação da informação.

Segundo Souza (2018) a representação da informação pode ser classificada em descritiva ou temática. Essas duas representações têm a mesma finalidade, o

tratamento, a organização e a recuperação de informações contidas em documentos.

A representação descritiva (ou representação bibliográfica) corresponde à análise e a síntese de elementos que identificam extrinsecamente o documento, os principais exemplos são a catalogação e a referência (bibliográfica). A representação temática (ou intelectual) corresponde à análise e a síntese dos elementos que identificam intrinsecamente os documentos. Trata-se da representação do conteúdo informacional dos documentos. Essa modalidade de representação é subjetiva porque envolve maior capacidade do analista. Os principais exemplos de representação temática são a elaboração de palavras-chave, a classificação, a indexação e a elaboração de resumos. (Souza, 2018)

#### **4.2 Instrumentos auxiliares**

Para cada processo de análise e síntese, temática e descritiva, da informação existem, pelo menos, um correspondente instrumento auxiliar e um produto como resultado. Os instrumentos auxiliares podem ser usados no processo de análise da informação, entretanto, são em sua maioria direcionados especificamente ao processo de tradução (passagem da linguagem natural para a linguagem do sistema de informação).

Os instrumentos auxiliares têm como objetivo o controle, sintático e/ou semântico, no processo representacional. Alguns exemplos de instrumentos auxiliares são: classificações bibliográficas, lista de cabeçalhos de assunto e tesouros.

Para uso da pesquisa deste trabalho, serão abordadas apenas as classificações bibliográficas, visto que estão alinhadas a Classificação Decimal de Direito, em detrimento das listas de cabeçalhos de assuntos e tesouros.

As classificações bibliográficas, [...], são linguagens classificadas utilizadas para representar tematicamente os conteúdos informativos dos documentos, para organizá-los e arranjá-los nas estantes e para possibilitar a sua posterior localização. Langridge (2006 apud Souza, 2018) esclarece que o sistema de classificação bibliográfica é o mapeamento dos conceitos e de suas relações semânticas em

qualquer área do conhecimento. Portanto, o processo de classificação não se refere à simples atribuição de notações, mas, essencialmente à análise do conteúdo do documento e à decisão sobre a classe ou subclasse em que estas se encontram no universo do conhecimento. As mais famosas classificações são: a Classificação Decimal de Dewey e a Classificação Decimal Universal.

Essas classificações bibliográficas utilizam algarismo e/ou símbolos para representar os conteúdos dos documentos. Essa representação é chamada de notação, que, conforme a sua formação, pode ser descrita como pura (exemplo: CDD), composta por caracteres de um único tipo, números ou letras; ou mista (exemplo: CDU), composta por mais de um tipo de caractere.

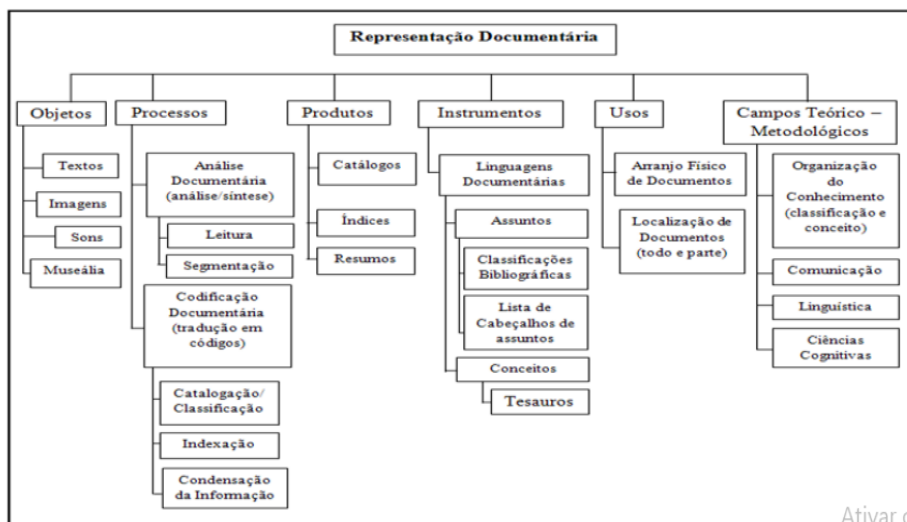
O uso das classificações bibliográficas permite analisar os conteúdos informacionais e decidir a classificação e o conjunto de relações que existem entre estes e os demais que compõem o acervo do sistema de informação. Ademais, cabe ao profissional da informação compreender sobre o que trata o documento e quais são os seus assuntos principais e secundários.

Cada processo classificatório exige análises subjetivas por parte do profissional da informação, com extensões e combinações, por vezes, bastante diversas, que estão condicionadas ao conteúdo do documento, à finalidade da incorporação deste ao acervo e à relação com as necessidades e demandas dos usuários.

A representação de um conteúdo informativo pode ser realizada a partir da coordenação entre assunto principal e assuntos auxiliares, conforme as regras, necessidades e disposições estabelecidas no sistema de classificação escolhido.

O bibliotecário durante sua prática profissional na Organização do Conhecimento utiliza esses instrumentos classificatórios para representar os materiais que foram adquiridos para estarem em seus acervos. Assim, ele precisa tomar decisões com o instrumento que ele tem à sua disposição (CDD, CDU, CDDir dentre outros).

Quadro 5 - Representação Documentária



Fonte: Dodebei (2002, apud Maia; Sobrinho; Condurú, 2017)

O Quadro 5 apresenta todo o universo da representação documentária, ao separar o processo do objeto das áreas de conhecimento que fundamentam o tratamento da informação.

#### 4.3 Análise da informação jurídica

Na área do Direito são produzidas informações constantes em três níveis elementares: doutrinária (descritiva), legislativa (normativa) e jurisprudencial (interpretativa) no intuito de fundamentar e solidificar as bases democráticas da sociedade atual e vindoura. Além disso, no Brasil o direito é dividido em dois principais ramos:

Direito Público: regem o interesse público as relações do Estado;

Direito Privado: regem o interesse individual de cada um, as relações particulares.

Assim, de acordo com Paiva (2014) o termo informação jurídica é constantemente mencionado em estudos relacionados às ciências jurídicas, tendo como principal foco o Direito, dando subsídios para a tomada de decisões dos envolvidos no âmbito desse contexto.

Passos (1994 apud Paiva, 2014) conceitua informação jurídica como:

Toda unidade do conhecimento humano que tem a finalidade de embasar manifestações do pensamento daqueles que lidam com a matéria jurídica, quando procuram estudar ou regulamentar situações, relações e comportamentos humanos, ou ainda quando interpretam e aplicam dispositivos legais.

De acordo com Alonso (1998, apud Paiva, 2014) a informação jurídica:

Sob o aspecto da documentação organizada, é o produto da análise dos dados existentes em toda e qualquer forma de conhecimentos obtidos na área jurídica, devidamente registrados, classificados, organizados, relacionados e interpretados dentro de um contexto para transmitir conhecimento e permitir a tomada de decisões de forma otimizada. A disponibilização desses dados, devidamente trabalhados, é feita através de meios manuais/magnéticos aos interessados.

Com relação aos três pilares da informação jurídica temos, segundo Paiva (2014):

**Legislação:** conjunto de leis e atos normativos emanados de autoridades competentes, hierarquizada da seguinte forma: Constituição, Emendas Constitucionais, Lei Complementar, Lei Delegada, Lei ordinária, Medida Provisória, Decreto, Decreto Legislativo, Decreto Reservado, Decreto sem número, Resolução, Portaria, Código, Consolidação, Estatuto, Regulamento, Regimento, Ordem de Serviço, Circular, Despacho e Deliberação.

**Jurisprudência:** conjunto de decisões judiciais dos tribunais sobre determinada tese jurídica, revelando, orientando e concluindo pelos fins adotados na mesma.

Constitui como uma norma geral aplicável a todas as hipóteses similares ou idênticas.

Doutrina: conjunto de opiniões, estudos e pareceres jurídicos elaborados por especialistas em Direito. Ela atua por meio de construções teóricas que atuam sobre a legislação e a jurisprudência.

## 5 A DESINFORMAÇÃO

Recentemente, alguns acontecimentos ocorridos no mundo intensificaram as discussões acerca da desinformação, como as campanhas eleitorais ocorridas nos Estados Unidos das Américas e Brasil, a saída do Reino Unido da União Europeia e a pandemia de Covid-19. A informação e a desinformação correspondem a construtos enunciativos cuja produção e transmissão é facilitada no contexto atual por meio da web e das tecnologias de informação e comunicação (TICs). (Vignoli; Rabello, 2021)

Nesse contexto de enorme volume de disseminação de informações falsas, mentiras acabam atuando para moldar a tomada de decisão dos indivíduos em diferentes esferas (política, economia, educação, saúde, religião), em velocidade e quantidade nunca antes vistas.

Historicamente, Volkoff (1999 apud Dodebei, 2021) aponta que logo depois da Segunda Guerra Mundial, a palavra desinformação aparece pela primeira vez em russo (dezinformatsiya) para fazer referência a práticas exclusivamente capitalistas com vistas a submeter as massas populares.

Entretanto, segundo os autores Posetti e Matthews (2018 apud Santos; Santos; Lavigne, 2020), a prática de manipulação de informações remonta os primeiros registros do século IV a.C e adquire novas reconfigurações na contemporaneidade, com o advento da telemática.

Se por um lado, a possibilidade de todos produzirem informações é um avanço no contexto das liberdades individuais; por outro, quando há mais maneiras de acessar informações sem orientação, o problema que emerge é a credibilidade dessas informações. O problema agravou-se porque as informações falsas passaram a ser amplamente compartilhadas devido à falta de análise das fontes ou capacidade de discernimento das pessoas. Sendo neste contexto necessária a intervenção do Estado a fim de criminalizar a disseminação de notícias falsas.

Segundo Brisola e Bezerra (2018) a desinformação é um conceito antigo que nasce ligado a projetos militares de contrainformação e espionagem, mas extrapola para os meios de comunicação e para aparelhos privados e estatais. Ela envolve

informação descontextualizada, fragmentada, manipulada, retirada de sua historicidade, tendenciosa, que apaga a realidade, distorce, subtrai, rotula ou confunde. A desinformação não é necessariamente falsa; muitas vezes, trata-se de distorções ou partes da verdade.

Fallis (2009 apud Vignoli; Rabello; Almeida, 2021) define desinformação como informação deliberadamente enganosa; com intenção de enganar; praticamente o mesmo que mentir, já que este ato “[...] muitas vezes conta como desinformar”. A desinformação deve ter a intenção de enganar e não necessariamente a de divulgar informações falsas. Segundo o autor, ao menos três aspectos são característicos para a definição da desinformação:

1. Desinformação é um tipo de informação; 2. No caso da recepção, são informações falsas que criam falsas crenças, mesmo que a pessoa a que se destina a desinformação não acredite no que foi dito/compartilhado; 3. É informação não acidentalmente enganosa; não é enganosa por acaso, ponto que diferencia a desinformação de outros tipos de informações falsas ou enganosas.

Outros autores que discorrem sobre a mesma temática são Vignoli, Rabello e Almeida (2021), que demonstram a desinformação sendo identificada ou estudada a partir das seguintes características:

1. A desinformação como atividade governamental ou militar; 2. Serviços de notícias, que disseminam desinformação; 3. Desinformação planejada, com algum propósito; 4. Nem sempre a desinformação surge da organização ou do indivíduo que pretende enganar; 5. É normalmente escrita ou verbal, mas também pode estar contida ou constituir imagens (fotografias adulteradas); 6. É distribuída de forma descontrolada por qualquer pessoa que tenha, por exemplo, assinatura em um jornal, TV ou com acesso à internet. Também pode ser destinada a organizações específicas.

A desinformação pode ter consequências desastrosas e/ou perigosas, como em casos de política eleitoral, de investimentos financeiros, de saúde, dentre outras. São informações falsas que criam falsas crenças. Portanto, a desinformação é um fenômeno prejudicial à sociedade e aos indivíduos que molda a opinião pública de acordo com seus interesses utilizando uma série de artifícios e mecanismos para manter a hegemonia, e isso não é nada novo. Sua abrangência pode afetar a democracia, os processos políticos e até as políticas públicas.

Assim, o poder judiciário torna-se estratégico no favorecimento dos interesses políticos e econômicos de determinados agentes, e na punição daqueles que contrariam esses interesses. Nas últimas décadas, a importância política do Judiciário cresceu significativamente em todo o mundo. No Congresso Brasileiro, esse assunto fomentou a proposição de diversos Projetos de Lei que, em sua maioria, possuem como objetivo a criminalização dos atos de produção, divulgação, compartilhamento, publicação ou transmissão de informações falsas pela rede. (Brisola; Bezerra, 2018).

Publicar uma *Fake News* no Brasil é passível de multa (JN, G1, 2019 apud Oliveira, 2020) e tem havido movimentos de esforços para controle sobre a informação/desinformação. Atualmente, tramitam 41 projetos de lei na câmara dos deputados, dos quais 22 estão relacionados à Ciência, Tecnologia e Comunicação. Entre esses 41 projetos, propõe-se o estabelecimento de que disseminar notícias falsas é passível de multa e até 8 anos de prisão.

Segundo a Agência Pública (2018 apud Oliveira, 2020), um dos projetos mais radicais apresentados para combater as Fake News é de autoria do deputado Francisco Floriano (DEM-RJ), o PL 9533/2018, que insere a participação na produção e divulgação de notícias falsas à Lei nº 7.170/1983, que define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social.

No Senado, o Projeto de Lei das Fake News (PL 2.630/2020), aprovado em 30 de junho de 2020, prevê multas e penalidades criminais para quem divulga e compartilha notícias falsas e pressiona plataformas digitais a adotar medidas mais rígidas contra ataques cibernéticos, desinformação, notícias falsas e incitação ao ódio

Os indivíduos estarão sujeitos a enquadramentos penais, considerando a transgressão em tela, como o artigo 138 do Código Penal Brasileiro (2008), que esclarece as práticas escusas em divulgar calúnia, difamação e injúria constitui um crime previsto em lei. No Brasil ainda há dois projetos de leis em tramitação no Congresso Nacional, que visam combater a prática da desinformação. Outro projeto de Lei é o n.º 6.812/2017 (Brasil, 2017) que apresenta como objetivo a tipificação criminal da divulgação ou compartilhamento de informação falsa ou incompleta na internet, pertinente à pessoa física ou jurídica.

Essas iniciativas governamentais são essenciais no combate à desinformação, pois visam estabelecer leis que autorizam a punição a indivíduos que divulgam informações não verídicas em meios de comunicação tradicionais e internet. Então, é nítido o papel fundamental do Direito, dentro da sociedade, com relação às polêmicas atuais que envolvem a disseminação de informações falsas.

Para além disso, estabelecer leis não é a única medida que o Estado brasileiro possa tomar, a fiscalização das mesmas se faz fundamental, para não deixar os direitos dos cidadãos permanecerem no papel. O controle e monitoramento das redes sociais, cujas propagandas ou intuito seja gerar a desinformação em massa, se faz também, necessário.

## 6 QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS PARA UMA CDDir DESATUALIZADA

De acordo com o exposto anteriormente, nessa seção é discutida na prática a desinformação sob a ótica da CDDir a partir da análise da classificação adotada pelas bibliotecas jurídicas brasileiras que utilizam esse instrumento classificatório.

A Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI), denominada assim desde o ano de 2000, originou-se na Rede SABI (Subsistema de Administração de Bibliotecas), iniciada em 1975. Ela é composta por uma conexão cooperativa de bibliotecas, coordenada pela Biblioteca do Senado Federal, que agrega recursos bibliográficos, materiais e humanos de bibliotecas da Administração Pública Federal e do governo do Distrito Federal, dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, com o objetivo de atender às demandas de informações bibliográficas de seus órgãos mantenedores.

Essa rede possui 11 bibliotecas cooperantes listadas no Quadro 6.

Quadro 6 - Lista de bibliotecas da RVBI

<b>Biblioteca</b>	<b>Sigla</b>
Advocacia-Geral da União	AGU
Câmara dos Deputados	CAM
Câmara Legislativa do Distrito Federal	CLD
Ministério da Justiça	MJU
Senado Federal	SEN
Superior Tribunal Federal	STF
Superior Tribunal de Justiça	STJ
Superior Tribunal Militar	STM
Tribunal de Contas do Distrito Federal	TCD
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	TJD
Tribunal Superior do Trabalho	TST

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Para evitar confusão, as siglas apresentadas neste trabalho são as que aparecem na pesquisa de documentos na Rede Virtual de Bibliotecas. Cada instituição possui uma sigla, entretanto, a RVBI utiliza outra sigla para a mesma instituição.

O acervo registrado na base de dados bibliográfica da RVBI tem como tema, principalmente, a área do Direito. Cada biblioteca dessa rede possui uma base administrativa com os dados particulares de sua coleção, usuários, fornecedores, dentre outros. Essas bases, por sua vez, se compõem de vários registros inter-relacionados e organizados de forma a atender às necessidades de informação dos usuários e a promover o intercâmbio e a interação dessas informações.

Desse modo, a Rede Virtual de Bibliotecas foi escolhida como instrumento norteador dessa pesquisa, pois ela é panorâmica e contempla as bibliotecas no cenário federal, consideradas de grande influência no território nacional, ainda mais no campo do Direito. Além disso, essa rede utiliza a CDDir em seu catálogo on-line.

A primeira pesquisa no Catálogo, refletida no Quadro 7, é mais abrangente, e recupera o termo desinformação em qualquer campo de busca e em qualquer tipologia material. O resultado dessa pesquisa recuperou 440 itens no dia 06 de novembro de 2023. Contudo, quando a pesquisa é refinada no campo para título e a tipologia é apenas de livro, o resultado é de cerca de dez por cento de toda a base.

Quadro 7 - Resultados da primeira pesquisa

<b>Autoria</b>	<b>Título</b>	<b>Biblioteca(s)</b>	<b>Classificação na CDDir</b>	<b>Assunto Principal</b>
Aguiar, Marcus Pinto.	Desinformação e liberdade de expressão: a vulnerabilidade da democracia brasileira	CLD, SEN, STJ, TJD.	341.272	Desinformação, Brasil.
Braga, Sérgio Soares	Sociedade da (des)informação: uma análise longitudinal da jurisprudência e das decisões do TSE sobre fake News nas eleições (2018-2022)		341.282	Fake News, jurisprudência, Brasil, 2018-2022.
Brega, Gabriel Ribeiro	A regulação de conteúdo nas redes sociais: uma breve análise comparativa entre o NetzDG e a solução brasileira		341.2727	Liberdade de expressão, direito comparado, Brasil, Alemanha.

				Desinformação (Assunto sec.)
Campos, Jean Marcel da Silva.	Uma proposta de interpretação da Constituição de 1988 para combater a disseminação de notícias falsas no facebook: o caso Jean Wilys	CLD, SEN, STJ, TJD	341.272	Desinformação, Aspectos jurídicos, Brasil.
Carvalho, Ana Caroline Melo	Desinformação e processo eleitoral: uma análise sobre o papel da justiça eleitoral no combate à desinformação.	CLD, SEN, STJ, TJD	341.272	Desinformação, Aspectos jurídicos, Brasil.
Carvalho, Luciana Menezes.	Educação midiática no combate à desinformação	CAM, SEN, STF, STJ, TJD	341.2732	Desinformação.
Cazassa, Luiza de Paula Santos.	Lei geral de proteção de dados: os impactos das fake news no processo democrático	SEN, STJ, TCD	341.2732	Proteção de dados pessoais, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Cosme, Marta Thaís Alencar.	A regulamentação das fake news e o poderio da indústria desinformativa nas plataformas digitais	CLD, SEN, STJ, TJD	341.272	Fake News, regulamentação, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Feitosa, Luiz Tadeu	A desinformação e os ataques à democracia	STJ	341.6	Desinformação, Brasil.
Fernandes, Marina Brecht	Remoção de conteúdo sobre a pandemia da covid-19 de redes sociais e liberdade de expressão	SEN, STJ	341.2727	Liberdade de expressão, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Freire Júnior, Américo Bedê	Controle da propaganda eleitoral por redes sociais: possibilidades e limites	STF, STJ	341.28492	Propaganda eleitoral na Internet, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Frosini, Tommaso Edoardo	L'ordine giuridico del digitale	STF	340	Direito digital, regulação, Países da

				União Européia. Desinformação (Assunto sec.)
Gordilho, Pedro	Fake news e a defesa da democracia	STJ	341.2732	Fake news, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Leite, Gisele.	A pós-verdade e fake news	CAM, CLD, STF, STJ, STM, TJD, TST	341.272	Direito à informação. Desinformação (Assunto sec.)
Lopes, Ana Carolina de Morais.	Regulação legislativa da desinformação no Brasil: análise do Projeto de Lei n.º 2630/2020 e suas implicações práticas na sociedade brasileira.	CLD, SEN, STJ, TJD	341.272	Desinformação, regulação, Brasil
Martins, Raíssa Paula	Traces of autocratic legalism in the prohibition to remove content and profiles by social media platforms in disinformation cases	CLD, SEN, STJ, TJD	341.272	Desinformação, crítica, Brasil.
Martins, Raíssa Paula.	Desinformação e liberdade de expressão: o contexto brasileiro e as perspectivas dos parlamentares no âmbito federal.	CLD, SEN, STJ, TJD	341.272	Desinformação
Medeiros, Alcivan Santos de.	O uso estratégico da desinformação no governo Bolsonaro	CLD, SEN, STJ, TJD	341.272	Desinformação, política, Brasil.
Menezes, Paulo Brasil	Fake news: modernidade, metodologia, regulação e responsabilização	CLD, STJ, STM	341.272	Direito à informação, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Monteiro, Vlândia Marques.	O sufrágio impresso: o projeto de Emenda constitucional nº135/2019 sob o enfoque do princípio da vedação do retrocesso em direitos	CLD, SEN, STJ, TJD	341.272	Desinformação, política, Brasil.

	fundamentais no contexto da desinformação.			
Oliveira, David Barbosa de.	Uma análise da invasão do capitólio sob a ótica do discurso da mídia de extrema direita brasileira: golpe ou revolução?	CLD, SEN, STJ, TJD	341.272	Desinformação, política.
Paganotti, Ivan	Combate legal à desinformação com esclarecimento conceitual pode ser oportunidade para educação cívica	STJ	341.2732	Desinformação, aspectos jurídicos, Brasil.
Pereira Neto, Laudenor.	Considerações sobre a legitimidade da tutela penal no combate às chamadas fake news	SEN, STJ	341.2727	Fake news, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Pinheiro, Daniel Moraes.	A desinformação e as fissuras nos pilares da democracia	STJ	341.234	Desinformação, Brasil.
Reis, Yasmin Fernandes.	Greenwashing e o regime informacional do mercado de capitais brasileiro	SEN, STF, STJ, STM, TJD	342.23	Mercado de capitais, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Silva, Isabel Arruda Quadros da.	Inviolabilidade parlamentar e fake news: a imunidade protege a mentira?	SEN, STJ	341.2534	Inviolabilidade parlamentar, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Toffoli, José Antonio Dias.	Sociedade e judiciário na era das fake news e dos engenheiros do caos	SEN, STJ	341.2727	Fake news, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
	Em pauta o PL das fake news e a reforma do marco civil da internet	STJ	341.2732	Fake news, projeto de lei, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Costa, Rodrigo Vieira.	Desinformação, regulação das plataformas e direitos digitais	CLD, SEN, STJ, TJD	341.2727	Desinformação, regulação,

				Brasil, coletânea.
Aieta, Vânia Siciliano.	El Impacto electoral resultante de la manipulación de las fake news en el universo de las redes sociales: la construcción de la desinformación		341.2843	Processo eleitoral, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Borges, Gustavo.	Fake news ou desinformação?: os limites da liberdade de expressão	STJ	341.2732	Desinformação.
Branco, Paulo Gustavo Gonet.	Fake news: desafios para a democracia	CAM, CLD, SEN, STF, STJ	341.2841	Fake news, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Campos Júnior, Waldir Sebastião de Nuevo.	Eleições e desinformação	CAM, SEN, STF, STJ, TJD, TST	341.28492	Propaganda eleitoral na Internet, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Campos, Marcelo Vieira de.	As (im)possibilidades da pré-campanha: propaganda eleitoral extemporânea, impulsionamento de conteúdo, anonimato e combate à desinformação	CAM, SEN, STF, STJ, TJD, TST	341.28492	Campanha eleitoral, Brasil.
Casarotto, Moisés.	Art. 359-O do Código penal: comunicação enganosa em massa (vetado)	CAM, CLD, SEN, STJ	341.2841	Divulgação de fatos inverídicos (direito eleitoral), Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Costa, Paula Bajer Fernandes Martins da.	Prova de conduta típica de divulgar fato inverídico no processo eleitoral	CAM, SEN, STF, STJ, TJD	341.2843	Processo eleitoral, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Ehrhardt Junior, Marcos.	Controle de conteúdo exercido pelos provedores de internet em tempos de pandemia de fake news	SEN, STF, STJ, TJD, TST	342.151	Fake news, aspectos jurídicos.

				Desinformação (Assunto sec.)
Fachin, Luiz Edson	A liberdade de escolha e o encaço populista: desordem informativa e ameaças à democracia	CAM, SEN, STF	341.2	Desinformação, aspectos constitucionais.
Fachin, Luiz Edson	A democracia na Rede	CAM, CLD, SEN, STF, STJ	341.2732	Acesso à informação, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Goltzman, Elder Maia	Liberdade de expressão e desinformação em contextos eleitorais: parâmetros de enfrentamento com base nas sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos	CAM, STF	341.2732	Liberdade de expressão. Desinformação (Assunto sec.)
Hernández Peña, Juan Carlos.	Campañas electorales, big data y perfilado ideológico. Aproximación a su problemática desde el derecho fundamental a la protección de datos	STF	341.28492	Campanha eleitoral, Espanha. Desinformação (Assunto sec.)
Jorge, André Lemos.	Disparo de mensagens em massa e cassação de mandato	CAM, SEN, STF, STJ, TJD, TST	341.28492	Propaganda eleitoral na Internet, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Kessal-Wulf, Sibylle.	Fatos alternativos, fake news, discurso de ódio. liberdade de expressão?		341.2	Discurso de ódio na Internet, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Longhi, João Victor Rozatti.	Responsabilidade civil e redes sociais: retirada de conteúdo, perfis falsos, discurso de ódio, fake news e milícias digitais	TJD	342.151	Rede social na Internet, responsabilidade e civil, doutrinas e controvérsias.

				Desinformação (Assunto sec.)
Malheiro, Emerson Penha.	Binarismo: obscurantismo e a excedente comunicacional na sociedade da informação	STF, STJ, STM, TJD	341.2727	Liberdade de expressão, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Mendes, Gilmar Ferreira.	A problemática das fake news no estado de direito: uma análise do julgamento da ADPF 572	CAM, CLD, SEN, STF, STJ	341.2732	Liberdade de expressão, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Menezes, Paulo Brasil	Fake news: modernidade, metodologia, regulação e responsabilização	CAM, SEN, STF	341.272	Direito à informação, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Meyer, Emílio Peluso Neder.	Decidindo por não decidir? A atuação do Tribunal Superior Eleitoral no campo do constitucionalismo digital		341.2	Constitucionalismo, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Moraes, Daniela Marques de.	A liberdade de expressão em tempos de desinformação: análise dos precedentes formados a partir do julgamento da ADI 4451 e da ADPF 572	STF, STJ, STM, TJD	341.2727	Liberdade de expressão, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Portella, Luiza Cesar.	Desinformação e democracia: um panorama jurídico eleitoral	CAM, CLD, SEN	341.28	Voto. Desinformação (Assunto sec.)
Porto, Carolina Silva.	Infodemia e liberdade de expressão: os impactos da desinformação na pandemia de covid-19	STF, STJ, STM, TJD	341.2727	Liberdade de expressão, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Prado, Barbara Casado.	O dilema das redes		341.234	Democracia, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)

Silva, Letícia Lins e.	Abuso ou garantia?	STJ	341.2843	Processo eleitoral, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Silva, Paulo Vinícius Baptista da.	A retórica sobre a "democracia racial" e as estratégias de mordada e censura nas escolas		341.55632	Racismo, aspectos políticos, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Sturza, Janaína Machado.	Saúde e ciência na contemporaneidade: o processo de vacinação compulsória e a tese fixada pelo STF		340	Vacinação obrigatória, jurisprudência, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Toffoli, José Antonio Dias.	Desafios do Supremo Tribunal Federal na era da pós-verdade	STF, STJ.	341.41	Judicialização da política, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Verbicaro, Dennis.	Consumo digital, notícias falsas e o controle da (des)informação do consumidor à luz da modulação algorítmica	STF, STJ	342.51	Proteção e defesa do consumidor, inovação tecnológica, Brasil.
Wermuth, Maiquel Ângelo Dezordi.	A pandemia da desinformação: covid-19 e as mídias sociais - do fascínio tecnológico à (auto)regulação		341.272	Direitos humanos, proteção, aspectos jurídicos, Brasil.
Scalquette, Ana Cláudia S.	Factual news: como agir direito	STJ	340	Tecnologia e direito, Brasil, coletânea. Desinformação (Assunto sec.)
Rais, Diogo	Fake News: a conexão entre a desinformação e o direito	SEN	341.272	Direito à informação, Brasil.

Abboud, Georges	Fake news e regulação	STJ, STM, TCD	341.272	Direito à informação, Brasil, coletânea. Desinformação (Assunto sec.)
Amato, Lucas Fucci	Sociologia jurídica das fake news eleitorais: uma observação sistêmica das respostas judiciais e legislativas em torno das eleições brasileiras de 2018		340.2	Sociologia jurídica, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Amato, Lucas Fucci	Fake news: regulação ou metarregulação?	CAM, MJU, SEN, STF, STJ, TJD	340.2	Fake news, projeto de lei, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Bachur, João Paulo.	Desinformação política, mídias digitais e democracia: como e por que as fake news funcionam?		341.234	Democracia, tecnologia.
Borges, Luiz Adriano Gonçalves.	A mecânica da desinformação em redes epistêmicas e as contribuições da filosofia da ciência de Susan Haack		341.272	Direito à informação, aspectos políticos.
Bravo, Jorge dos Reis	Liberdade de expressão na era digital: a reconfiguração de um direito humano?		341.2727	Liberdade de expressão. Desinformação (Assunto sec.)
Cominetti, Eduardo Lopes.	Uma discussão sobre redes sociais: dados, ataques, problemas recentes e a PL 2.630/2020 (Lei das Fake News)	SEN, STJ	341.2	Rede social, aspectos jurídicos, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Costa Neto, Gregório Vieira da.	Liberdade de expressão eleitoral em épocas de fake news: uma análise da atuação do Tribunal Superior Eleitoral na eleição presidencial de 2018		341.2732	Liberdade de expressão, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)

Dias, Felipe da Veiga.	Media criminology in Brazil: algorithms and new geopolitic control developments		341.532	Cibercrime, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Dutra, Sofia Lima.	Regulação das redes sociais e liberdade de expressão: uma abordagem no contexto europeu	CAM, SEN, TST	341.2727	Rede social na Internet, Países da União Europeia. Desinformação (Assunto sec.)
Eisaqui, Daniel Dela Coleta	Direito à informação e mercado de capitais	STJ	341.272	Direito à informação, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Frazão, Ana.	Proteção de dados e democracia: a ameaça da manipulação informacional e digital	CAM, SEN, STF, STJ, TCD	341.2	Proteção de dados pessoais, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Goltzman, Elder Maia	A interpretação do Sistema interamericano de direitos humanos acerca da liberdade de expressão e a adequação material da Lei n.º 13.834/2019		341.2727	Liberdade de expressão, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Guerreiro, Alexandre	A ingerência interestatal no quadro do direito internacional público	STJ	341.1	Estado (direito internacional público). Desinformação (Assunto sec.)
Guimarães, Alexandre José Bräumer.	O dever fundamental do indivíduo de não repassar informação recebida em rede social sobre tratamento da covid-19 não comprovado cientificamente e o direito à liberdade de expressão	SEN, STJ	341.27	Liberdade de expressão, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)

	previsto no Pacto de São José da Costa Rica			
Hartmann, Ivar Alberto Martins.	Combinando bibliotecas de anúncios com checagem de fatos para aumentar a transparência sobre a desinformação		341.272	Direito à informação, aspectos políticos.
Keller, Clara Iglesias.	Don't shoot the message: regulating disinformation beyond content		341.272	Direito à informação, legislação. Desinformação (Assunto sec.)
Kira, Beatriz.	Follow the money: an analysis of the expenditures of federal deputy candidates with digital advertisement in the 2018 brazilian general election		341.2841	Fraude eleitoral, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Lima, Diogo Uehbe.	Os donos da verdade: desinformação e censura nas redes sociais	AGU, STF, STJ, TCD, TJD	341.2	Direito constitucional, Brasil.
Macêdo, José Eduardo de Santana.	Informações falsas, improbidade administrativa e crime de responsabilidade: notas críticas sobre o Projeto de lei nº 632/2020		341.272	Fake news, Brasil, estudo de caso. Desinformação (Assunto sec.)
Magrani, Eduardo.	Hacking the Electorate: Thoughts on Misinformation and Personal Data Protection		341.2841	Fraude eleitoral, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Menezes, Paulo Brasil	Fake news: modernidade, metodologia e regulação	STF, STJ, TJD, TST	341.272	Direito à informação, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Pinheiro, Patricia Peck	Fake news: o desafio técnico e legal para harmonizar liberdade e responsabilidade	CAM, STJ, TCD, TJD	340	Fake news, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Rodrigues, Gabriel	Fake news e liberdade de expressão: notas sobre as		341.2727	Liberdade de expressão.

Benedetti Marques.	possibilidades jurídicas de "limitação"			Desinformação (Assunto sec.)
Santana, Ana Claudia Farranha.	Fake news' y ciudadanía crítica: una deuda histórica de la democracia en Colombia		341.272	Direito à informação, Colômbia. Desinformação (Assunto sec.)
Silva, Alice Rocha da	Desinformação Internacional: o acordo internacional previdenciário BRA x EUA e a diáspora brasileira	STF, STJ, TJD	341.6	Direito previdenciário, acordo, Brasil.
Silveira, Marilda de Paula	Restrição de conteúdo e impulsionamento: como a justiça eleitoral vem construindo sua estratégia de controle		341.2842	Justiça eleitoral, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Silvestre, Nathan Christian Coelho.	Os efeitos da determinação de remoção de conteúdo digital em sede de representação: uma análise da ultratividade das decisões da justiça eleitoral à luz das resoluções TSE 23.551/17 e 23.610/19	STJ	341.2727	Liberdade de expressão, aspectos jurídicos, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Valadares, Heloisa de Carvalho Feitosa.	Fake news e (des) informação: reflexões sobre o potencial da inteligência artificial e das novas tecnologias de acelerar a erosão da democracia		341.272	Inteligência artificial, Brasil.
Jorge Júnior, Hélio Molina.	Fake news e eleições: o guia definitivo	CLD, STF, TCD	341.282	Fake news, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Afonso, Luiz Fernando.	Fake news e o direito do consumidor: uma violação ao direito fundamental à informação	CAM, STF, STJ, STM, TCD, TJD	341.272	Direito à informação, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Almeida, Marcelo	"Caja 2.0": financiación ilícita de la política, bots sociales y la manipulación del elector -	AGU, STF	341.28492	Propaganda eleitoral na Internet, Brasil.

Eugênio Feitosa.	marco jurídico-electoral brasileiro			Desinformação (Assunto sec.)
Atz, Ana Paula.	A desinformação do consumidor na compra de medicamentos durante a pandemia de covid-19	CAM, STF, TJD	341.272	Fake news, Brasil.
Bodart, Bruno	Fake news e democracia	STF, STJ	341.234	Democracia, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Bosseli, Felipe.	A Lei de acesso à (des)informação e o patrimonialismo brasileiro: poder público dificulta a obtenção de informações e não é transparente com o cidadão		341.2732	Acesso à informação, direitos e deveres, Brasil.
Carneiro, Gustavo Ferraz Sales.	Autorregulação de fake news no Facebook: incentivos e freios à proliferação de desinformação	STJ, TJD	341.27351	Censura prévia, Brasil.
Duque Estrada, Lisandra Ramos.	A cyber interferência eleitoral e o princípio da não intervenção em assuntos internos: um estudo acerca das eleições norte-americanas de 2016	CAM, CLD, STJ, TCD, TJD, TST	341.28	Eleição presidencial, Estados Unidos. Desinformação (Assunto sec.)
Fuller, Greice Patrícia.	Desinformação e COVID-19 no Brasil: desafios e limites do enquadramento penal da disseminação de notícias falsas	CAM, STF, STJ, TJD, TST	340.532	Desinformação, aspectos jurídicos, Brasil.
Longhi, João Victor Rozatti.	Responsabilidade civil e redes sociais: retirada de conteúdo, perfis falsos, discurso de ódio e fake news	CAM, CLD, STF, STJ	342.151	Rede social na Internet, responsabilidade e civil, doutrinas e controvérsias. Desinformação (Assunto sec.)

Menezes, Paulo Brasil	Fake news: modernidade, metodologia e regulação	STF, STJ	341.272	Direito à informação, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Moura, Letícia Marina da S.	Fake news à luz dos direitos humanos: (des)informação coletiva e a vulnerabilidade das minorias	SEN, STF, STJ, TJD	341.27	Direitos humanos, Brasil.
Mozetic, Vinícius Almada.	Liberdade de expressão e direito à informação na era digital - o fenômeno das fake news e o marketplace of ideas, de Oliver Holmes Jr.	AGU, STF, STJ, TST	341.2727	Liberdade de expressão. Desinformação (Assunto sec.)
Rais, Diogo.	Fake news, deepfakes e eleições	CAM, STF, STJ, STM, TCD, TJD	341.28492	Propaganda eleitoral, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Ribeiro, José Horácio Halfeld Rezende	Pinóquio, o grilo falante e as fake news	CAM, STF, STJ, STM, TCD, TJD	341.28492	Propaganda eleitoral, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Rosa, Ana Cristina.	Desinformação e eleições: a comunicação como instrumento estratégico	CAM, STF, STJ, STM, TCD, TJD	341.2843	Processo eleitoral, Brasil.
Rubião, André.	Liberdade de expressão e risco à saúde nas plataformas digitais durante a pandemia da covid-19: uma análise do controle dos discursos científicos a partir do caso Mikovits		341.2727	Liberdade de expressão, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Santos, Gustavo Ferreira.	Social media, disinformation, and regulation of the electoral process: a study based on 2018 Brazilian election experience		341.2843	Processo eleitoral, Brasil.

Toffoli, José Antonio Dias.	Fake news, desinformação e liberdade de expressão	CAM, SEN, STF, STJ, STM, TJD	341.2727	Liberdade de expressão, Brasil.
	Inquérito do fim do mundo: o apagar das luzes do direito brasileiro	STJ	341.2727	Fake news, aspectos jurídicos, Brasil, coletânea.
Rais, Diogo coord.	Fake news: a conexão entre a desinformação e o direito	CAM, STF, STJ, STM, TCD, TJD	341.272	Direito à informação, coletânea.
Alves, Giulia Ferrigno Poli Ide.	Reflexões sobre o fenômeno da desinformação: impactos democráticos e o papel do direito	STF	341.272	Direito à informação, regulação, Brasil.
Coura, Alexandre Basílio	Fake news: novos instrumentos e táticas antigas: o uso da tecnologia como via de (des) informação política	STJ	341.2841	Divulgação de fatos inverídicos (direito eleitoral), doutrinas e controvérsias, Brasil.
Franco, Sofia Lima.	O meio é a mensagem: os bots sociais e o seu papel na disseminação de conteúdo inverídico nas redes sociais	STJ, TJD	341.272	Direito à informação, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Haertel, Letícia Machado.	"Fake news and new truths": o direito à resposta como ferramenta do judiciário no combate à desinformação	SEN, STF, STJ, TJD	341.272	Direito à informação, Brasil.
Neris, Natália	Sobre remédios e sintomas: reflexões sobre fake news e liberdade de expressão no contexto brasileiro	CAM, SEN, STF, STJ, TJD, TST	341.2732	Liberdade de expressão, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Oliveira, André Soares.	Os limites da liberdade de expressão: fake news como ameaça a democracia		341.2727	Liberdade de expressão, doutrinas e controvérsias,

				Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Santana, Isabella da Penha Lopes.	Responsabilidade civil das redes sociais na disseminação de fake news	STJ, TJD	341.272	Direito à informação, doutrinas e controvérsias, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Souza, Diego Chagas de.	Judicialização da informação: a construção de parâmetros decisórios sob o contexto da desinformação	STJ, TJD	341.41	Judicialização da política, Brasil.
Truzzi, Gisele.	O impacto das fake news na reputação de pessoas e instituições: como mitigar riscos e reduzir danos	CAM, STF, TCD, TJD	341.532	Fake news, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Abreu, Lenine Póvoas de.	Os limites da liberdade de expressão em matéria eleitoral	SEN, STF	341.28492	Propaganda eleitoral, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Giacchetta, André Zonaro.	Atuação e responsabilidade dos provedores diante das fake news e da desinformação	CAM, MJU, SEN, STF, STJ, STM, TCD, TJD	341.2732	Liberdade de informação.
Kozikoski, Sandro Marcelo.	Fake news, desinformação, processo eleitoral e tutela provisória	SEN, STF	341.2843	Processo eleitoral, Brasil.
Nohara, Irene Patrícia.	Desafios da ciberdemocracia diante do fenômeno das fake news: regulação estatal em face dos perigos da desinformação	CAM, MJU, SEN, STF, STJ, STM, TCD, TJD	340	Internet, regulação.
Oyama, Luiz Taro.	Fake news, algoritmos, replicação artificial e a responsabilidade penal eleitoral	SEN, STF	341.28492	Propaganda eleitoral na Internet, fiscalização, Brasil.

Pires, Antonio Cecilio Moreira.	Desinformação: atuação do estado, da sociedade civil organizada e dos usuários da internet	CAM, MJU, SEN, STF, STJ, STM, TCD, TJD	341.2732	Fake news.
Rais, Diogo.	Desinformação no contexto democrático	CAM, CLD, MJU, SEN, STF, STJ, STM, TJD	341.2732	Fake news.
Sanches, Samyra Haydêe Dal Farra Napolini.	Direito à saúde na sociedade da informação: a questão das fake news e seus impactos na vacinação		341.27	Direito à saúde, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Silva, Bruno Rangel Avelino da.	Fake news, radiodifusão e os limites da justiça eleitoral	SEN, STF	341.2843	Processo eleitoral, Brasil. Desinformação (Assunto sec.)
Silveira, Marilda de Paula	As novas tecnologias no processo eleitoral: existe um dever estatal de combater a desinformação nas eleições	CAM, CLD, MJU, SEN, STF, STJ, STM, TJD	341.28	Processo eleitoral.
Rais, Diogo coord.	Fake news: a conexão entre a desinformação e o direito	CAM, MJU, SEN, TJD	341.272	Fake news, Brasil, coletânea.
Rodrigues, Otávio Kolowski.	Grave e iminente risco à integridade dos trabalhadores: superando a morte e a desinformação		342.617	Segurança do trabalho, Brasil.
Wald, Arnoldo	A responsabilidade civil da empresa pela desinformação dos investidores	SEN, STF, STJ, TJD	342.225	Sociedade anônima, responsabilidade e civil, Brasil.
Leães, Luiz Gastão Paes de Barros	A responsabilidade da sociedade por desinformação do acionista e a arbitragem	SEN, STF, STJ, TJD	342.225	Sociedade anônima, responsabilidade e civil, Brasil.
Bessa, Leonardo Roscoe	Vícios dos produtos e as três garantias do consumidor: um cenário de desinformação	SEN, STF, STJ, TJD	342.5	Proteção e defesa do consumidor, Brasil.

Valle, Vanice Regina Lírio do.	Lei n. 12.527/2011 e o planejamento da ação estatal: uma interpretação orientada a prevenir a desinformação	AGU, CAM, MJU, SEN, STF, STJ, STM, TCD, TJD, TST	341.2	Direito à informação, legislação, Brasil.
Bittman, Ladislav.	A desinformação soviética no Brasil e o "golpe" de 1964	STM	341.5534	Falsificação de documentos, União Soviética, 1964.
Lauro, Daphnis Citti de.	Os condomínios e a desinformação dos bancos	CAM, SEN, STF, STJ, TST	342.1238	Condomínio, aspectos econômicos, administração, Brasil.
Valle, Vanice Regina Lírio do.	Lei n. 12.527/11 e o planejamento da ação estatal: uma interpretação orientada a prevenir a desinformação	AGU, CLD, SEN, STF, STJ, TCD, TJD	341.2	Direito à informação, legislação, Brasil.
Arouca, José Carlos.	Formação da opinião pública e desinformação	CAM, SEN, TST	341.41	Opinião pública, Brasil.
Tadeu, Silney Alves.	Bancos: a central de risco de crédito do Bacen, seus efeitos e a desinformação dos consumidores	CAM, SEN, STF, STJ, TJD, TST	342.1422	Restrição de crédito, cadastro, Brasil.
Bastos, Celso Ribeiro	Reféns da desinformação		341.2	Direitos e garantias individuais, regulamentação , Brasil.
Pinto, Renato Sócrates Gomes.	Um remédio para a desinformação jurídica	MJU, SEN, STJ	341.2	Acesso à justiça, Brasil.
Moreira, José Carlos Barbosa.	A desinformação jurídica	AGU, CAM, CLD, MJU, SEN, STF, STJ, STM, TJD, TST	341.46218	Assistência judiciária, Brasil.

	Desinformação alimenta descrença.	SEN	341.253	Assembleia legislativa, Minas Gerais.
Battistelli, Luigi	A mentira: nos normais, nos criminosos e nos loucos: ensaio psicológico	STJ	341.595	Psicologia criminal. Desinformação (Assunto sec.)

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Para o quadro 7 foram utilizados apenas os materiais que fossem classificados pela CDDIR que contivesse o termo desinformação no título ou assunto, o que diminuiu o número de resultados de 440 para 145.

Para posterior discussão, foi realizado outro levantamento na base de dados da Rede Virtual de Bibliotecas no dia 18 de setembro de 2023. Assim, foi buscada a palavra “Desinformação”, no campo título, utilizando a expressão exata, dentro da RVBI, focado no tipo de material livro, no idioma português e sem intervalo de ano. Foram recuperados 46 resultados para essa pesquisa, apresentados pelo Quadro 8.

Quadro 8 - Levantamento sobre o termo “Desinformação” na RVBI

<b>Autoria</b>	<b>Título</b>	<b>Biblioteca(s)</b>	<b>Classificação (CDDir)</b>	<b>Área na CDDir</b>	<b>Assunto Principal</b>
<b>Aguiar, Marcus Pinto</b>	Desinformação e liberdade de expressão: a vulnerabilidade da democracia brasileira	CLD, SEN, STJ, TJD	341.272	Direitos da Pessoa Humana	Desinformação, Brasil
<b>Carvalho, Ana Caroline Melo</b>	Desinformação e processo eleitoral: uma análise sobre o papel da justiça eleitoral no combate à desinformação	CLD, SEN, STJ, TJD	341.272	Direitos da Pessoa Humana	Desinformação, aspectos jurídicos, Brasil
<b>Lopes, Ana Carolina de Moraes</b>	Regulação legislativa da desinformação no Brasil:	CLD, SEN, STJ, TJD	341.272	Direitos da Pessoa Humana	Desinformação, Regulaç

	análise do Projeto de Lei nº 2630/2020				ão, Brasil
<b>Martins, Raíssa Paula</b>	Desinformação e liberdade de expressão: o contexto brasileiro e as perspectivas dos parlamentares no âmbito federal	CLD, SEN, STJ, TJD	341.272	Direitos da Pessoa Humana	Desinfor mação
<b>Medeiros, Alcivan Santos de</b>	O uso estratégico da desinformação no governo Bolsonaro	CLD, SEN, STJ, TJD	341.272	Direitos da Pessoa Humana	Desinfor mação, política, Brasil
<b>Monteiro, Vlândia Marques</b>	O sufrágio impresso: o projeto de Emenda constitucional nº 135/2019 sob o enfoque do princípio da vedação do retrocesso em direitos fundamentais no contexto da desinformação	CLD, SEN, STJ, TJD	341.272	Direitos da Pessoa Humana	Desinfor mação, política, Brasil
<b>Costa, Rodrigo Vieira</b>	Desinformação, regulação das plataformas e direitos digitais	CLD, SEN, STJ, TJD	341.2727	Liberdade da palavra e do pensamento	Desinfor mação, regulaç ão, Brasil, coletân ea
<b>Aieta, Vânia Siciliano</b>	El impacto electoral resultante de la manipulación de las fake news en el universo de las redes		341.2843	O escrutínio	Process o eleitoral , Brasil
<b>Goltzman, Elder Maia</b>	Liberdade de expressão e desinformação em contextos eleitorais: parâmetros de enfrentamento	CAM, STF	341.2732	Liberdade de expressão	Liberda de de express ão
<b>Portella, Luiza Cesar</b>	Desinformação e democracia: um	CAM, CLD, SEN	341.28	Direito eleitoral	Voto

	panorama jurídico eleitoral				
<b>Rais, Diogo</b>	Fake News: a conexão entre a desinformação e o direito	SEN	341.272	Direitos da Pessoa Humana	Direito à informação, Brasil
<b>Atz, Ana Paula</b>	A desinformação do consumidor na compra de medicamentos durante a pandemia de covid-19	CAM, STF, TJD	341.272	Direitos da Pessoa Humana	Fake News, Brasil
<b>Fuller, Greice Patrícia</b>	Desinformação e COVID-19 no Brasil: desafios e limites do enquadramento penal da disseminação de notícias falsas	CAM, STF, STJ, TJD, TST	340.532	Legislação comparada.	Desinformação, aspectos jurídicos, Brasil
<b>Rosa, Ana Cristina</b>	Desinformação e eleições: a comunicação como instrumento estratégico	CAM, STF, STJ, STM, TCD, TJD	341.2843	O escrutínio	Processo eleitoral, Brasil
<b>Toffoli, José Antonio Dias</b>	Fake news, desinformação e liberdade de expressão	CAM, SEN, STF, STJ, STM, TJD	341.2727	Liberdade da palavra e do pensamento	Liberdade de expressão, Brasil
<b>Rais, Diogo</b>	Fake News: a conexão entre desinformação e o direito	CAM, STF, STJ, STM, TCD, TJD	341.272	Direitos da Pessoa Humana	Direito à informação, coletânea
<b>Giacchetta, André Zonaro</b>	Atuação e responsabilidade dos provedores diante das fake News e da desinformação	CAM, MJU, SEN, STF, STJ,	341.2732	Liberdade de expressão	Liberdade de informação

		STM, TCD, TJD			
<b>Kozikoski, Sandro Marcelo</b>	Fake News, desinformação, processo eleitoral e tutela provisória	SEN, STF	341.2843	O escrutínio	Process o eleitoral , Brasil
<b>Nohara, Irene Patrícia</b>	Desafios da ciberdemocracia diante do fenômeno das fake news: regulação estatal em face dos perigos da desinformação	CAM, MJU, SEN, STF, STJ, STM, TCD, TJD	340	Direito	Internet, regulaç ão
<b>Pires, Antonio Cecilio Moreira</b>	Desinformação: atuação do estado, da sociedade civil organizada e dos usuários da internet	CAM, MJU, SEN, STF, STJ, STM, TCD, TJD	341.2732	Liberdade de expressão	Fake news
<b>Rais, Diogo</b>	Desinformação no contexto democrático	CAM, CLD, MJU, SEN, STF, STJ, STM, TJD	341.2732	Liberdade de expressão	Fake news
<b>Silveira, Marilda de Paula</b>	As novas tecnologias no processo eleitoral: existe um dever estatal de combater a desinformação nas eleições	CAM, CLD, MJU, SEN, STF, STJ, STM, TJD	341.28	Direito eleitoral	Process o eleitoral

<b>Rais, Diogo</b>	Fake News: a conexão entre a desinformação e o direito	CAM, MJU, SEN, TJD	341.272	Direitos da Pessoa Humana	Fake news, Brasil, coletânea
<b>Rodrigues, Otávio Kolowski</b>	Grave e iminente risco à integridade dos trabalhadores [recurso eletrônico]: superando a morte e a desinformação	TST	342.617	Medidas preventivas dos acidentes de trabalho	Segurança do trabalho

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

Assim como o quadro 7, o quadro 8 selecionou, dentre aqueles 46 resultados, apenas 24 obras para a análise deste trabalho. Isso ocorreu devido ao fato de muitos desses resultados preliminares não serem classificados pela CDDir. Portanto o quadro 8 representa a análise profunda que será discutida na próxima seção.

## 7 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O uso do termo desinformação tem sido cada vez mais constante nas publicações das áreas jurídicas, e foi possível perceber esse interesse nos quadros apresentados na seção anterior. Porém, a partir dos resultados elencados, foi criado o Quadro 9, no qual apenas 24 foram selecionados para análise, assim alguns pontos merecem destaque:

Quadro 9 – Principais classificações encontradas nos resultados

Quantidade de menções	Temática	Classificações na CDDir
10	Direito da pessoa humana	341.272 – Direitos da Pessoa Humana. O Estado e os indivíduos. Liberdades Públicas. Direitos do Cidadão
4	Liberdade de expressão	341.2732 – Liberdade de imprensa. Lei de Imprensa. Liberdade de Expressão. Direito à Privacidade. Direito à Honra.
3	Escrutínio	341.2843 – O escrutínio. Competência em direito eleitoral.
2	Liberdade de pensamento e da palavra	341.2727 – Liberdade de Pensamento e da Palavra.
2	Direito eleitoral	341.28 – Direito Eleitoral. Sistemas eleitorais. Eleições.
1	Direito	340 – Direito.
1	Medidas preventivas dos acidentes de trabalho	342.617 – Medidas preventivas dos acidentes de trabalho. Higiene e segurança do trabalho. Indenização. Prevenção.
1	Legislação comparada	340.532 – Legislação Comparada. Direito Comparado.

Fonte: Elaborado pelo próprio autor.

As áreas na CDDIR encontradas nesses resultados foram: Direitos da Pessoa Humana (10), Liberdade de Expressão (4), O escrutínio (3), Liberdade de

Pensamento e da Palavra (2), Direito Eleitoral (2), Direito (1) e Medidas Preventivas dos acidentes de trabalho (1) e Legislação Comparada (1).

Com relação às bibliotecas, foram encontrados documentos na seguinte quantidade: Advocacia-Geral da União (0), Câmara dos Deputados (13), Câmara Legislativa do Distrito Federal (10), Ministério da Justiça (6), Senado Federal (17), Superior Tribunal Federal (12), Superior Tribunal de Justiça (16), Superior Tribunal Militar (8), Tribunal de Contas do Distrito Federal (5), Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (18), Tribunal Superior do Trabalho (2).

Sobre os assuntos principais temos: Brasil (14), Desinformação (8), Fake News (4), Processo Eleitoral (4), Coletânea (3), Regulação (3), Aspectos Jurídicos (2), Direito à Informação (2), Liberdade de Expressão (2), Política (2), Voto (1), Liberdade de Informação (1), Internet (1) e Segurança do Trabalho (1).

Com esses resultados é possível ressaltar que a desinformação classificada como Liberdade de Expressão e Direitos da Pessoa Humana mascara uma faceta que se traduz como um discurso de ódio, pois, ela é um perigo para a sociedade e está intimamente ligada à questão da censura. A desinformação produz o ódio, a histeria, o fascismo à uma sociedade democrática. Isso se solidifica com os episódios que ocorreram com a pandemia de covid-19 onde muitas pessoas morreram devido à desinformação.

Portanto, o termo combate a desinformação não está na CDDir e deveria constar dado ao contexto atual, como um mal transversal à sociedade. Como uma solução recomenda-se acrescentar na Classificação da Dóris o “combate à desinformação” pois a liberdade de expressão ou de opinião não deve permitir a livre desinformação. Nesse sentido, assim como o ser humano tem direito de se expressar, ele tem o dever de não desinformar. A liberdade de expressão ou de opinião deve se ater à verdade, e a desinformação possui elementos contraditórios que distorcem ou afetam os fatos.

Somado a essa justificativa, no artigo 5º que discute sobre os direitos individuais, atualmente é mencionado a liberdade de expressão, a liberdade de pensamento, a expressão intelectual; e tudo isso dialoga com a informação, mas, também gera uma responsabilidade no combate a desinformação.

Assim, considerando que a Constituição Federal de 1988 (no dia 10 de novembro de 2023) não menciona o termo desinformação e as ações formais ocorrem em diversas instituições do Estado, entende-se que a Classificação Decimal de Direito deveria receber uma nova notação contemplando a desinformação e o combate.

Desse modo, a classificação ficaria assim estabelecida:

## 341 DIREITO PÚBLICO

### 341.2 DIREITO CONSTITUCIONAL

#### 341.27 Direitos Fundamentais. Direitos primordiais

#### 341.272 Direitos da Pessoa Humana. O Estado e os indivíduos. Liberdades Públicas

#### 341.2727 Liberdade de pensamento e da palavra

#### **341.27271 Desinformação. Conceito e combate.**

A notação ficaria dentro da liberdade de pensamento e da palavra por abranger toda espécie de manifestação do indivíduo e não apenas em documentos ou via imprensa.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a análise, as bibliotecas jurídicas brasileiras têm utilizado a Classificação Decimal de Direito para classificar seu material, mas a desinformação não possui uma notação própria. Assim, recomenda-se atualizar urgentemente a CDDir, ainda mais pelo fato de sua última atualização ter acontecido no início dos anos 2000.

O objetivo geral deste trabalho, que foi realizado por meio de um mapeamento na rede RVBI, refletiu em uma amostra das bibliotecas jurídicas e como elas tratam seus documentos e/ou como utilizam as classificações. O termo desinformação nos documentos classificados pela Doris encontra-se em boa parte espalhados em uma série de notações dentro do direito público, constitucional, na parte de direitos fundamentais.

Como foi avaliado as bibliotecas de instituições públicas de caráter jurídico pela RVBI, houve uma inclinação por parte desta pesquisa na área do direito público. Assim, não foi analisado o âmbito do direito privado, o que poderia gerar outros tipos de classificação para os materiais com foco na desinformação. Desse modo, é recomendável mais pesquisas sobre a temática na área do direito privado, pois, se fosse realizada a mesma pesquisa em acervos de bibliotecas jurídicas privadas, poderiam ser encontrados outros resultados.

A desinformação é um conceito que mudou de um termo adjetivo para uma questão transversal, na medida em que, rotulavam-se pessoas com esse termo, porém, torna-se uma questão social. Ao longo desses últimos anos houve várias iniciativas formais por instâncias e instituições brasileiras com o objetivo de combater sua disseminação e as consequências delas, porém é necessário ações ainda mais firmes por parte do Estado para que a sociedade seja protegida de desinformações nocivas e perigosas.

Esse trabalho buscou uma conversa preliminar demonstrando que os instrumentos classificatórios da área de biblioteconomia não podem deixar uma temática contemporânea solta. É necessária uma frequente atualização dos mesmos, para compreender as necessidades informacionais atuais. De modo mais claro, entende-se que o instrumento de classificação utilizado pelos bibliotecários

para o controle semântico e por conseguinte de assuntos pode ser atualizado dentro da área que trata da liberdade de pensamento e da palavra um desdobramento para combate a desinformação.

A experiência com essa pesquisa trouxe um novo olhar para a temática da desinformação. O assunto acaba sendo tão interessante e abrangente que cabe futuras pesquisas, tanto na área do Direito como em Biblioteconomia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AROUCK, O.; JAEGER, F.; PINHA, S. M. Classificação Decimal de Direito: revisão e atualização. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 2955–2974, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/954>. Acesso em: 16 fev. 2023.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constitucao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucao/constituicao.htm). Acesso em: 13 nov. 2023.
- BRISOLA, A.; BEZERRA, A.. Desinformação e circulação de “fake news”: distinções, diagnóstico e reação. XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XIX ENANCIB), Londrina, out. 2018. **Anais eletrônicos**...Disponível em: <[http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX\\_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1219/1636](http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1219/1636)>. Acesso em: 02 Ago. 2023.
- CARVALHO, Doris de Queiroz. **Classificação decimal de direito**. 4 ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002. 174 p.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2017, Fortaleza. Classificação decimal de direito: estudos para a quinta edição. Fortaleza, 2017. **Anais eletrônicos**... Disponível em: <https://www.portal.febab.org.br/cbbd2019/article/view/1652>. Acesso em: 15 fev. 2023.
- CORRÊA, F. C. A sociedade da desinformação. **Logeion: filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 143-161, 2022. DOI: [10.21728/logeion.2022v9n1.p143-161](https://doi.org/10.21728/logeion.2022v9n1.p143-161). Acesso em: 01 ago. 2023.
- DANTAS, P. R. G.; SANTOS JÚNIOR, E. A. D.; SABBAG, D. M. A. Sistema de classificação do conhecimento jurídico em artigos científicos da ciência da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 2913-2922, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/4096>. Acesso em: 24 maio 2023.
- DODEBEI, V. L. [pós] verdade e (des) informação possíveis contextos discursivo-conceituais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 117-137, 2021. DOI: [10.19132/1808-5245272.117-137](https://doi.org/10.19132/1808-5245272.117-137). Acesso em: 01 ago. 2023.
- GERALDO, G.; PINTO, M. D. S. Estudo de usuários de informação jurídica: bibliotecário e critérios de qualidade da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v. 24, n. 1, p. 39-60, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/112223>. Acesso em: 27 ago. 2023.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MAIA, Paulo Cesar Chagas; SOBRINHO, Mário Vasconcellos; CONDURÚ, Marise Teles. Terminologia aplicada à produção científica sobre gestão ambiental: diretrizes à elaboração de um microtesauro. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Minas

Gerais, v. 22, n. 1, p. 80-99, 2017. Disponível em:  
<http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/2610>. Acesso em: 09 set. 2023.

MARTINEZ, M. L. C.; GUIMARÃES, J. A. C. Organização temática da doutrina jurídica: elementos metodológicos para uma proposta de extensão da classificação decimal de direito. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 18, n. 1, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/92698>. Acesso em: 26 maio 2023.

MIRANDA, A. C. C.; MIRANDA, E. S. Fontes de informação jurídica. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Santa Catarina, v. 22, n. 50, p. 76-90, 2017.  
DOI: [10.5007/1518-2924.2017v22n50p76](https://doi.org/10.5007/1518-2924.2017v22n50p76) Acesso em: 24 maio 2023.

OLIVEIRA, T. M. Como enfrentar a desinformação científica? Desafios sociais, políticos e jurídicos intensificados no contexto da pandemia. **Liinc em revista**, Rio de Janeiro, v. 16, 2020. DOI: [10.18617/liinc.v16i2.5374](https://doi.org/10.18617/liinc.v16i2.5374) Acesso em: 01 ago. 2023.

PAIVA, R. O. de; POTTER, S. G.; POTTER, S. G. Informação Jurídica: conhecendo definições. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17331>. Acesso em: 7 nov. 2023.

RIBEIRO, Maria Cristina de Paiva. **Subsídios para a atualização e/ou expansão colaborativas da Classificação Decimal de Direito – CDDir**. 2016. 243 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, 2016.

SANTOS, J. C. S. D.; SANTOS, V. M. R.; LAVIGNE, F. C. Desinformação, pós-verdade e comportamento humano: discussões plausíveis. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 34, n. contexto, 2020. DOI: [10.14295/biblos.v34i2.11368](https://doi.org/10.14295/biblos.v34i2.11368) Acesso em: 01 ago. 2023.

SANTOS ROCHA, E. S.; CELERE, M. Construção da tabela de classificação jurídica: relato de experiência da biblioteca da faculdade de direito de Ribeirão Preto – USP. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 28–40, 2013. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/223>. Acesso em: 24 maio. 2023.

SENADO FEDERAL. **Rede Virtual de Bibliotecas**. Brasília. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/biblioteca/rvbi>. Acesso em: 18 set. 2023.

SIQUEIRA, J. C. O conceito classificação: uma abordagem histórica e epistemológica. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 37-49, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/1638>. Acesso em: 27 ago. 2023.

SOUZA, Edivanio Duarte de. **Análise da Informação**. Brasília, DF: CAPES: UAB; Rio de Janeiro, RJ: Departamento de Biblioteconomia, FACC/UFRJ, 2018.

VIGNOLI, Richele Greng; RABELLO, Rodrigo; ALMEIDA, Carlos Cândido de. Informação, misinformation, desinformação e movimentos antivacina: materialidade de enunciados em regimes de informação. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Santa Catarina, v. 26, p. 01-31, 2021.

Disponível

em: <https://www.redalyc.org/journal/147/14768130004/14768130004.pdf>. Acesso em:  
01. ago. 2023.